

Mario Henrique Simonsen e o passado recente e o futuro do Brasil: políticas para o crescimento equilibrado *

Carlos Manuel Peláez **

1. Introdução. 2. O progresso do Brasil. 3. O problema da estabilização de preços.

"Ela é intolerável cegueira do entendimento, intolerável abuso da razão, e intolerável injúria da justiça e da verdade, que aquilo que se não devia escrever, se haja de sustentar, só porque se escreveu". — Padre Antônio Vieira. Sermões. v. 5, p. 163.

1. Introdução

Descurrou-se, no recente surto da ciência econômica no Brasil, da existência de um reduzido, mas eminente, grupo de economistas que surgiram, no Brasil, desde o começo do século (29). Luiz Raphael de Vieira Souto foi o pioneiro. Ao criticar as políticas deflacionárias do Ministro Joaquim Murtinho, ele construiu um modelo analítico do mercado de câmbio em condições de concorrência que, em muitos aspectos, ainda é válido (36). O Brasil já possuía, por volta de 1930, alguns economistas de escol. Jorge Kingston, num dos livros mais notáveis sobre economia escritos no Brasil, colocou-se no limiar da teoria moderna da mensuração do preço (13). O professor Eugênio Gudín, além de suas brilhantes contribuições ao estudo da moeda no Brasil, escreveu uma crítica clássica às políticas agrícolas do Presidente Vargas (10).

* Somos gratos ao professor Earl W. Thomas, da Vanderbilt University, pelos conselhos para o aperfeiçoamento da versão original.

** Vanderbilt University, Graduate Program in Economic Development.

O professor Gudín pode ser, justamente, considerado o pai dos estudos acadêmicos da economia no Brasil — o economista a quem Viner chamou de “gênio-presidente” do Instituto Brasileiro de Economia. Nos últimos anos da década de 40 e início da de 50, Ragnar Nurkse, Jacob Viner e outros, que visitaram o IBRE, fundado por Gudín, apresentaram em conferências, que ali proferiram, algumas das contribuições mais originais à teoria moderna do desenvolvimento econômico.

Existe agora grande número de jovens bem treinados e possuidores de consciência social que escreveram excelentes dissertações, sob a orientação de economistas proeminentes. Eles, não há dúvida, são a promessa de um novo zenite da pesquisa econômica no Brasil. Esta é uma grande tradição, incomum na América Latina.

Numa perspectiva histórica do desenvolvimento do pensamento econômico no Brasil, há uma figura a quem todos olhamos com veneração e respeito, o professor Mario Henrique Simonsen. É impossível encontrar elogio para seu trabalho que tem sido sempre uma obra de virtuoso. Rara vez, no Brasil, a natureza foi tão pródiga para com um só indivíduo: primeiro aluno de sua classe, professor inspirado, lógico de pensamento altamente elegante, financista bem sucedido e economista dos economistas. Podia-se, por exemplo, citar-se-lhe o livro-texto de microeconomia, * certamente um dos melhores do período de pós-guerra. Parece que Simonsen conseguiu escapar das “condicionantes” do tempo. Seu trabalho *A experiência inflacionária no Brasil* foi elogiado como “admirável análise” por não menos autoridade que a do professor Nicholas Georgescu-Roegen. Todavia, não se destina este ensaio a julgar seu trabalho *positivo*. Bem que seja útil a distinção entre economia *positiva* e *normativa* (5), muitos dos grandes economistas modernos, todavia, escreveram obras clássicas apenas sobre a economia normativa (6; 8). Tais trabalhos tornaram-se, em vários aspectos, importantes tratados sobre filosofia política. Este ensaio consiste em uma apreciação de duas obras recentes do professor Simonsen que são o que há de melhor no Brasil de hoje em dia (34; 35). A primeira parte é uma breve análise das suas propostas normativas para o crescimento futuro do Brasil. A parte 2 diz por maior o que nos acode, a respeito de seu trabalho sobre inflação, que já não é tanto normativo.

* N. do E. Simonsen, Mario Henrique. *Teoria microeconômica*. 2 ed., Rio de Janeiro, FGV, 1971. 2 v.

2. O progresso do Brasil

Um dos mais importantes capítulos de *Brasil 2001* é a Análise antieconômica. Simonsen aduz que há grande quantidade de filosofias econômicas que encontram os mais elementares e bem estabelecidos princípios da teoria econômica. Isso, sem falar no bom senso. Embora muitas dessas filosofias não mais influenciarão as políticas econômicas, quando a nova geração utilizar a racionalidade no planejamento, os mitos da análise antieconômica alufram os próprios alicerces da história econômica do Brasil. O autor desenvolve esse ponto com toda propriedade:

“Um dos maiores obstáculos ao crescimento das nações subdesenvolvidas reside na sua extraordinária capacidade de cometer erros de política econômica ... erros provocados pela ignorância dos princípios elementares de economia e pelo desconhecimento dos êxitos e fracassos das experiências de desenvolvimento aplicadas em outros países ... O Brasil não tem fugido à regra ... E, num passado não muito distante, fomos dominados pela mais caótica irracionalidade em matéria de política de desenvolvimento ...”

O problema do subdesenvolvimento do Brasil pode ser analisado de diversas maneiras, todas úteis. Talvez uma das mais promissoras seja a análise histórica. No início do século, sob o mesmo estímulo de um influxo de capital estrangeiro e mão-de-obra qualificada que o das áreas de colonização recente e possuindo um mercado para seus excedentes de produtos primários de exportação, o Brasil não conseguiu diversificar sua atividade econômica e alcançar o crescimento auto-sustentável. O estudo do subdesenvolvimento brasileiro pode ser visto como o fracasso da tentativa de industrializar-se na conjuntura favorável do início da República. Em nossas próprias pesquisas sobre a história econômica do Brasil deixamo-nos guiar pela percepção analítica do professor Simonsen ao tentarmos resolver essas complexas questões.

Pode-se sumarizar o *novo ponto de vista* acerca da história econômica do Brasil da seguinte maneira. Dois fatores complementares, ambos relacionados com os erros da política econômica, provocaram o retardamento industrial e econômico do país (26; 30). *Fator 1*, a proteção por quatro décadas da riqueza do setor cafeeiro, mediante manutenção de um preço mínimo do café, atuou no sentido de concentrar os aumentos dos recursos em mãos da classe social interessada em importações baratas e, conseqüen-

temente, hostil à indústria nacional (26; 27; 30). A industrialização somente tornou-se possível depois do término gradual destas políticas a começar com o Estado Novo. *Fator 2*, as instituições e políticas monetárias, fiscal e cambial da escola da ortodoxia monetária do Ministro Joaquim Murinho, que dominou o pensamento e a política do Ministério da Fazenda do Brasil por mais de 47 anos, inibiram a estabilização a curto prazo e a diversificação da atividade econômica que abririam as portas para o crescimento de longo prazo (26; 28).

A base analítica para o programa de sustentação de café é o teorema de Mill-Bickerdike, aperfeiçoado por Lerner no teorema da simetria (16). Se a demanda externa recíproca for menos do que perfeitamente elástica será, quase sempre, vantajoso, para um país, deslocar os termos de troca a seu favor por meio de restrições ótimas ao comércio internacional. Mas se essas restrições persistirem por longo tempo, ao revés de constituírem um esforço racional para estabilizar as flutuações dos preços, tornam-se um instrumento para a sustentação da riqueza relativa do setor exportação. Isso também atua no sentido de diminuir a eficiência desse setor e provocar a erosão gradual da vantagem comparativa, conseqüência que constituiu uma triste experiência para o Brasil. Esta interpretação esteia-se em fatos históricos estremos de dúvida. Deixa-nos, pois, perplexos ver que os *estruturalistas* explicam a industrialização do Brasil como resultado do programa de sustentação do café (1; 7). A inconsistência dessa interpretação com os fatos históricos que não deixam margem à dúvida já foi exposta alhures (20 a 30). Basta dizer que isso ilustra dois mitos da escola estruturalista caracterizados devidamente pelo professor Simonsen. O primeiro mito, a *terapêutica estatizante* (ou a "mão invisível do Governo") (24), é uma tentativa de encontrar em todo e qualquer controle governamental um meio de promover o bem-estar social e econômico. O segundo consiste em construir teorias obscuras para justificar os desmandos de governos que lhe são simpáticos — o *marxismo de varejo*.

O fato é que nenhum proveito para as circunstâncias presentes pode-se tirar das políticas dos primeiros governos republicanos, salvo a gestão de Rui Barbosa, a não ser que as tenhamos por políticas que não devam ser seguidas. No alvorecer do século, Joaquim Murinho expôs a filosofia de que os brasileiros eram inferiores em raça e força aos norte-americanos e que não era possível industrializar o país. O complexo industrial do eixo Rio-São Paulo é testemunha gritante de como Murinho errou. Seu mérito foi ter-se oposto à intervenção no mercado cafeeiro, baseado na visão do darwinismo econômico de um homeopata. Todavia, foram as

conseqüências deflacionárias de suas reformas sobre o setor cafeeiro que fizeram com que as gestões de Rodrigues Alves e de Leopoldo Bulhões fossem incapazes de resistir à pressão de São Paulo e Minas em prol da sustentação do café. Por 47 anos, os sucessivos ministros da fazenda utilizaram-se da política de Murtinho de saneamento das condições econômicas. Na realidade, esse saneamento consistiu em uma política de deflação nas fases de contração de negócios. Face à segunda mais grave crise econômica da história do Brasil, Murtinho idealizou e executou uma política de superavit orçamentário, contração monetária e valorização cambial (que teve um impacto negativo sobre a atividade econômica mais importante do país, as exportações de café). O mais puro economista keynesiano, o mais autêntico economista de Chicago, e os que estamos no centro, concordariam, talvez baseados em análises diferentes, que essa não era a política a ser seguida. E, no entanto, alicerçado num episódio histórico tão desagradável, Celso Furtado elogiou Murtinho como o primeiro planejador moderno do Brasil (7, p. 191). O fato é que Murtinho e seus seguidores, que representavam os interesses da classe comercial urbana, impediram a diversificação das instituições monetárias brasileiras tão necessária para o crescimento econômico. A história não admite exceção num ponto: a diversificação das instituições monetárias acompanhou o crescimento econômico e o progresso em todas as economias de mercado (2; 3; 4). A necessidade de financiamento para a indústria foi salientada pelo mais eminente cientista social do século, Joseph Schumpeter (31; 32) e, entre nós, pelo inspirador da República e o grande defensor da democracia no Brasil, Rui. Mas um mito é um mito é um mito. E os mitos da análise antieconômica continuam a impedir que se tenha uma visão clara da perspectiva histórica do crescimento brasileiro e das políticas necessárias para o progresso futuro.

Outro dos componentes do tratado acerca da antianálise é o *nacionalismo obscurantista*. Simonsen assim se refere a um aspecto desse mito:

“A idéia de que o Brasil é o foco da cobiça internacional talvez nos encha de orgulho patriótico, mas constitui uma valorização psicológica sem apoio estatístico . . . Essa manifestação nacionalista tem sido responsável por boa dose da ociosidade de nossos recursos naturais. Enquanto decantávamos os méritos da nossa hematita compacta, recusando a exploração estrangeira, a Austrália e vários países africanos assumiram a liderança das exportações de minério.”

O fracasso da exportação de minério de ferro nas quatro primeiras décadas do século, provocado pelo *nacionalismo obscurantista* e pelos interesses constituídos nacionais e estrangeiros, situa-se como uma das maiores frustrações desenvolvimentistas da história econômica do Brasil e da América Latina (25). Atuou no sentido de retardar e, acaso, frustrar a obtenção de uma vantagem comparativa potencial do país na produção de ferro e aço. "A vantagem de ser um *late comer*" foi desperdiçada. Ainda hoje há um véu de nacionalismo emocional que impede que se tenha uma visão clara sobre o assunto. O mito do subsídio, que continua nessa área, é outro exemplo de um desperdício em termos de desenvolvimento e de má orientação na escolha da decisão governamental a tomar. A elevada soma de privilégios e subsídios concedidos à produção nacional de aço, à base de carvão vegetal, par a par com a proteção ao carvão nacional tecnicamente menos apropriado para a metalurgia, impediu que a produção de aço no Brasil crescesse com maior rapidez, do que resultou uma grande perda de recursos (23). É óbvio que há muitos exemplos práticos da análise antieconômica no Brasil. O que resta desta parte do ensaio é um breve comentário de quatro problemas políticos importantes que podem influenciar significativamente no desempenho do crescimento nacional nas quatro próximas décadas.

Primeiro: Poupanças. Esteado em dados da Fundação Getulio Vargas, o professor Simonsen conclui que a taxa de poupança brasileira desdiz com uma alta taxa de crescimento. A relação capital/produto no Brasil durante a década dos 50 foi, por circunstâncias especiais, artificial. Não é digna de fé como medida a ser usada para prever o futuro. De tal sorte, o problema da poupança tornou-se um objetivo-chave da política econômica. A solução é múltipla e está dividida entre diversos setores. A política para o *setor público* é a economia nas despesas administrativas, subsídios e transferências. Os fundos, assim economizados, podem ser utilizados para investimentos públicos que induzam o crescimento. A política para o *setor privado* é o incentivo para os mercados de capitais. Isto nada mais é que a diversificação dos meios de pagamentos do tipo Schumpeter na economia brasileira.¹ Uma economia industrial sofisticada exige uma estrutura financeira também sofisticada. Infelizmente, as instituições monetárias e

¹ Discutimos esse ponto pormenorizadamente em nosso artigo: Rui, Murinho, as conseqüências econômicas da reforma monetária e a política econômica a partir de 64. *Jornal do Brasil*, Domingo 24, e 2.ª feira 25-10-71. Caderno de Economia.

financeiras, herdadas da economia de exportação, não são apropriadas para acomodar as finanças industriais. Apresentam-se, a esse respeito, grandes projetos atinentes à política econômica.

Segundo: A tecnologia, a reforma do sistema educacional e os investimentos na educação. Uma das grandes contribuições de *Brasil 2001* é a ênfase dada a um dos campos de política econômica que tem sido descuidado na história do Brasil, a reforma educacional e o investimento na educação. O pouco espaço não nos permite resumir, aqui, todas as conclusões e políticas econômicas encontradas no livro. Em muitos aspectos, as propostas refletem-lhe a experiência de estudante: "... Para dar um exemplo, um engenheiro que resolva dedicar-se à economia é obrigado a estender para nove anos o ciclo de sua formação universitária (como aconteceu com o autor deste livro)". Há muito que fazer nesse campo. E é grato sentir que os economistas no Brasil estão seriamente interessados nos recursos humanos. O problema é semelhante ao do sistema "tenure" das universidades americanas. Um professor, e um profissional também, mantém a cátedra, ou o emprego, por mais de 40 anos. A taxa de crescimento das cadeiras é mínima. Desta maneira, há apenas uma *demandade reposição* depois de 40 anos.

Terceiro: Promoção das exportações. Essa, talvez, a área mais crítica da política econômica do Brasil. O processo de substituição de importações foi elevado quase ao ponto da auto-suficiência. O problema da demanda crescente da indústria nacional não é fácil de resolver. A longo prazo, a promoção das exportações é, sem dúvida, a única solução disponível para a manutenção da capacidade de importar a níveis de suficiência. A curto prazo, talvez se deva procurar algumas medidas tendentes a redistribuir a renda. É muito difícil apontar as providências a tomar a curto prazo. Segundo o teorema geral da teoria do segundo melhor, uma vez introduzidas distorções num estado de equilíbrio geral de Pareto ótimo, a mera satisfação de um número de condições marginais não implica necessariamente uma melhoria do bem-estar social (17). O que se faz mister é um modelo em que as autoridades otimizem a função do bem-estar social e em que se introduzam as condições brasileiras de restrições à produção. Provavelmente, seria possível estabelecer *a priori* diversos conjuntos de soluções alternativas. Somente um conhecimento, pelo miúdo, da economia brasileira permitiria o melhor ótimo exequível de Samuelson. A promoção das exportações é, na realidade, apenas parte do problema

mais premente da sociedade brasileira — as oportunidades de crescimento da indústria nacional. Esta é uma das muitas questões não resolvidas da política brasileira do tipo das de John Stuart Mill. A solução exige o amálgama de princípios econômicos e, até mesmo, de ideologias políticas. É bem possível que seja esse o problema político e econômico fundamental da próxima década. Com respeito ao longo prazo, que é o objetivo que se esconde por detrás de *Brasil 2001*, a existência da indústria brasileira deve estribar-se em critérios de eficiência, não seguidos no passado, visto que a política visava, principalmente, a promoção da indústria em todos e cada um dos setores — a assim chamada integração vertical de Baer-Kerstenetzky (1). A existência, a longo prazo, de uma indústria só é economicamente justificável se ela tiver eficiência relativa. Cabe toda razão ao professor Simonsen, quando salienta o significado desse fator fundamental.

Quarto: O desenvolvimento da elite. São duas as conseqüências importantes do desenvolvimento da macroeconomia keynesiana segundo Simonsen: "... O alcance prático da terapêutica anti-recessiva, a qual evitou, desde o término da II Guerra Mundial, a ocorrência de qualquer depressão profunda nos países desenvolvidos; se a teoria dos ciclos econômicos caiu de moda, isso se deve em grande parte ao conhecimento generalizado da política fiscal keynesiana ..." e "... a estrutura de sua construção ... serviu para inspirar todos os modelos macroeconômicos posteriormente desenvolvidos ..." O autor, contudo, tem o cuidado de assinalar a natureza especial da exegese "convencional" da teoria geral de Keynes. Mas não deixa de ser verdade que a formulação de Keynes é a base da macroeconomia moderna (14; 15). O tão prometido modelo macroeconômico da tradição oral da escola de Chicago nunca foi publicado, sendo que a existência dessa "escola" chega, até mesmo, a ser posta em dúvida (11 p. 85). Esta teoria macroeconômica moderna permite pelo menos evitar políticas deflacionárias em períodos de contração de negócios. A profissão de economia, nos países industriais, que segue de perto as oscilações dos preços e rendas, atua como um freio contra as políticas causadoras de desemprego. O grau de desemprego que caracterizou a Grande Depressão certamente provocaria uma revolução social, ainda nos países industriais mais estáveis politicamente. O progresso da profissão no Brasil é comparável ao desses países. Na verdade, as idéias (mas também os interesses constituídos) influenciam o curso dos acontecimentos. E a nova geração de economistas brasileiros certamente fará com que surjam debates animados sobre a

política de estabilização e crescimento. Assim, é grande o mérito da Fundação Getúlio Vargas e da Escola de Pós-Graduação em Economia de serem os pioneiros na formação de economistas. Os jovens economistas ambiciosos, com interesse na teoria econômica séria e quantitativa, olham para a Fundação Getúlio Vargas como a orientadora do pensamento econômico brasileiro. A grande torrente de estudantes que sai dos cursos do professor Simonsen impedirá a repetição dos erros da análise antieconômica. A formação de uma elite de economistas está quase alcançando a perfeição no Brasil. Antes dos 30 anos, Mario Henrique Simonsen já era um pioneiro destacado.

3. O problema da estabilização de preços

Grande parte do capítulo intitulado Dois conceitos de gradualismo, da obra do professor Simonsen acerca de inflação, é devotado à análise do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo Castelo Branco). Alguns julgamentos de valor levaram os planejadores a seguir uma abordagem gradualista, de preferência à de choque, para a inflação brasileira.² As conseqüências indesejáveis, sob o ponto de vista social, do tratamento de choque eram: congelamentos salariais, redução da participação do Governo no produto real com um impacto provavelmente negativo sobre os investimentos públicos, desempregos setoriais, falência de muitas empresas privadas e peculiaridades da inflação brasileira.

Uma vez adotada a abordagem gradualística, o problema reduziu-se a encontrar a política apropriada relativa aos objetivos monetários, fiscais e salariais. Formularam-se três políticas. No que diz respeito aos *salários*, decidiu-se aumentá-los proporcionalmente ao incremento da produtividade. Supondo-se que o salário real, numa situação inflacionária, flutua entre um máximo e um mínimo, ele atinge o primeiro quando as autoridades o reajustam, caindo até o segundo depois da ocorrência da inflação. Se, por hipótese, houver uma flutuação uniforme dos preços, digamos entre 1 e 0,6, o comportamento dos salários reais passa a ser descrito pela seguinte equação:

$$\frac{W}{P} = \begin{cases} 1 & \text{no período } t \\ 0,6 & \text{no período } t + 1. \end{cases}$$

As autoridades podiam escolher para a estabilização um salário que fosse ou o máximo, ou outro nível qualquer determinado arbitrariamente.

² Ver nota 1.

Segundo Simonsen, a política salarial do Governo foi determinada pela seguinte equação:

$$\frac{W^o}{P} = 0,8 + dp';$$

em que dp' é o aumento da produtividade, e $\frac{W^o}{P}$ o salário fixado pela política do PAEG. Assim, no diagrama do professor Simonsen (p. 27), o salário real estabeleceu-se antes a um nível alto que num baixo. A mão-de-obra obtém algum aumento médio de salário acima do ponto mais baixo, alcançando-se, presumivelmente, um impacto negativo sobre a inflação.

A política fiscal foi relativamente simples. Fez-se um esforço para tornar o Governo mais eficiente em termos de projetos de infraestrutura e outros projetos sociais com vistas à melhor aceitação dos deficits governamentais pela sociedade. A política monetária orientou-se, em grande parte, no sentido da política creditícia para o setor privado. Ao traçar a política creditícia para o setor privado, levou-se em consideração a irreversibilidade da inflação de custos. Então, os tetos para os créditos estavam, em princípio, ligados ao aumento do produto real a preços correntes. Todavia, na prática, ficaram condicionados ao aumento dos meios de pagamento.

Ao otimismo inicial, acerca dos esforços do Governo para controlar a inflação no Brasil (12), sucedeu um ceticismo moderado proveniente da natureza esporádica dos programas (18). Conclui, portanto, Simonsen: "Em matéria de resultados desinflacionários, o PAEG talvez tenha prometido demais, na prática, porém, talvez tenhamos realizado de menos." O restante do livro no que tange à inflação consiste na análise, que não tenciona ser *acabada*, dos problemas básicos da teoria da inflação. Uma das contribuições mais importantes é a continuação dos estudos monetários empíricos, iniciados pelo professor Affonso Celso Pastore (19). Em muitos aspectos, todavia, o livro sobre a inflação é um arcabouço de idéias positivas, nas quais o leitor imparcial pode basear sua conclusão, além de esteá-la em alguns julgamentos de valor. No que diz com idéias normativas cumpre ler primeiro *Inflação* e depois volver ao *Brasil 2001*, capítulo 15, A tolerância inflacionária.

Numa famosa obra anterior, sobre a inflação, Simonsen sustentou que o crescimento espetacular do Brasil de pós-guerra foi obtido por meio de um sacrifício ainda mais espetacular das massas (33 como citada em 9). Os argumentos estruturalistas da CEPAL e as teorias da "poupança for-

çada" saíram rapidamente de moda, parte por causa de suas premissas que não apelam para a lógica, parte por causa da sua inconsistência com o desempenho real das economias latino-americanas. Em muitos aspectos a sua posição é a seguinte:

"Essas considerações mostram quão frágeis são os argumentos que procuram situar o caos monetário como o caldo de cultura favorável à aceleração do desenvolvimento. Por certo a estabilidade de preços não é condição suficiente para que um país cresça. Mas a teoria e o bom senso também deixam claro que a inflação dificilmente será ingrediente de uma trajetória ótima de desenvolvimento. O processo inflacionário, afinal, resulta apenas da tentativa de se implantar um conjunto de aspirações incompatíveis da sociedade, do desejo de dividir o bolo em fatias de soma superior ao todo. E a revolta contra a aritmética jamais constituiu arma eficiente para a construção do progresso de qualquer país."

Assim, um importante ingrediente da política de Simonsen, para o crescimento a longo prazo, é a inevitabilidade das políticas fiscais, monetárias e salariais tendentes a controlar a inflação, pelo menos dentro dos limites razoáveis. O dilema aparente situa-se entre o tratamento de choque e o gradualismo. Para solucioná-lo, o economista deve levar em consideração um conjunto de julgamento de valores.

Seus trabalhos, não há dúvida, merecem séria cogitação nos debates e formulação de políticas para o progresso estável do Brasil.

Depois das considerações apresentadas nos trabalhos de Mario Henrique Simonsen, os cepalistas não terão outro argumento para sustentar o que escreveram senão o fato de tê-lo escrito. Deveriam, pois, advertir nas palavras de Vieira que citamos anteriormente.

Referências bibliográficas

1. Baer, Werner. *Industrialization and economic development in Brazil*. Homewood, Ill. Richard D. Irwin, 1965.
2. Cameron, Rondo E. *France and the economic development of Europe*. Princeton, Princeton University Press, 1961.
3. Cameron, Rondo E. *Banking in the early stages of industrialization*. London, Oxford University Press, 1971.
4. Cameron, Rondo E. *Banking and industrialization in the late comers*. London, Oxford University Press, 1971.
5. Friedman, Milton. *The methodology of positive economics. Essays in positive economics*. Chicago, University of Chicago Press, 1953.
6. Friedman, Milton. *Capitalism and freedom*. Chicago, University of Chicago Press, 1962.
7. Furtado, Celso. *The economic growth of Brazil*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1963.

8. Galbraith, John Kenneth. *The affluent society*. A mentor book, New York and Toronto, New American Library, 1967.
9. Georgescu-Roegen, Nicholas. Structural inflation-lock and balanced growth. *Economies et Societes Economie Mathematique et Econometrie, Cahiers de L'I.S.E.A.*, 4 (3) Mars, 1970.
10. Gudín, Eugênio. *Câmbio e café 1933-1934*. Rio, Almanak Laemmert, 1934.
11. Johnson, Harry G. Recent developments in monetary theory — a commentary. In: Johnson & Croome, ed. *Money in Britain 1959-1969*. London, Oxford University Press, 1970.
12. Kafka, Alexandre. The Brazilian stabilization program, 1964-1966. *Journal of Political Economy*, 73, 1967.
13. Kingston, Jorge. *A lei estatística da demanda do café*. Ministério da Agricultura, Rio, 1939.
14. Leijonhufvud, Axel. *On Keynesian economics and the economics of Keynes*. London, Oxford University Press, 1968.
15. Leijonhufvud, Axel. *Keynes and the classics*. London, the Institute of Economic Affairs, 1969. (Occasional Paper, 30).
16. Lerner, Abba P. The symmetry between import and export taxes. *Economica*, Aug. 1936.
17. Lipsey, R. G. and Lancaster, K. J. The general theory of second best. *Review of Economic Studies*, 24 (63), 1956-1957.
18. Morley, Samuel A. Inflation and stagnation in Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, Jan. 1971.
19. Pastore, Afonso Celso. Inflação e política monetária no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, jan./mar. 1969.
20. Peláez, Carlos Manuel. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, jan./mar. 1968.
21. Peláez, Carlos Manuel. *O Estado, a grande depressão e a industrialização do Brasil: uma crítica da teoria estruturalista da industrialização do Brasil*. Rio, APEC Editora, 1971.
22. Peláez, Carlos Manuel. Acerca da política governamental, da grande depressão e da industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, jul./set. 1969.
23. Peláez, Carlos Manuel. O desenvolvimento da indústria de aço no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, abr./jun. 1970.
24. Peláez, Carlos Manuel. A política econômica do Presidente Vargas: Wirth e The politics of Brazilian development 1930-1954. *Revista Brasileira de Economia*, jul./out. 1970.
25. Peláez, Carlos Manuel. Itabira iron e a exportação de minério de ferro do Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, out./dez. 1970.
26. Peláez, Carlos Manuel. *Dois fatores do retardamento industrial do Brasil*. Rio, Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas, 1972.
27. Peláez, Carlos Manuel. Uma análise econômica do programa brasileiro de sustentação do café, 1906-1945: teoria, política e medição. *Revista Brasileira de Economia*, out./dez. 1971.
28. Peláez, Carlos Manuel. As conseqüências econômicas da ortodoxia monetária, cambial e fiscal no Brasil entre 1889-1945. *Revista Brasileira de Economia*, jul./set. 1971.
29. Peláez, Carlos Manuel. Nota sobre trabalhos clássicos a respeito do desenvolvimento da ciência econômica no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, abr./jun. 1971.
30. Peláez, Carlos Manuel & Gouvêa Vieira, José Maria. The old and a new view of Brazilian economic history. *Revista Brasileira de Economia*, a sair.
31. Schumpeter, Joseph. *The theory of economic development*. Cambridge, Harvard University Press, 1934.
32. Schumpeter, Joseph. *Business cycles*. New York: McGraw-Hill, 1939. v. 1.
33. Simonsen, Mario Henrique. *A experiência inflacionária no Brasil*. Rio, 1964.
34. Simonsen, Mario Henrique. *Brasil 2001*. Rio APEC Editora, 1969.
35. Simonsen, Mario Henrique. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio, APEC Editora, 1970.
36. Vieira Souto, L. R. *O último relatório de fazenda*. Rio, 1902.